

MEC cria banco de R\$ 2 bi para financiar o ensino fundamental

Novo instituto executará programas e descentralizará verbas

Rodrigo França Taves

• **BRASÍLIA.** O Ministério da Educação terá em 1997 um banco com R\$ 2 bilhões para investimentos no ensino fundamental. Está sendo criado este mês o Instituto Nacional de Apoio à Educação, resultado da fusão dos atuais Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). O novo instituto será o único braço executor do MEC e ficará responsável por repasses de verba para os programas de merenda e transporte escolar, distribuição nacional de livro didático e programas de reforma e ampliação de escolas do país.

O ministro Paulo Renato Souza optou pela fusão porque os atuais órgãos exerciam praticamente as mesmas funções. O novo chefe do cofre na Educação será o atual presidente da FAE, José Antônio Carletti, um técnico da confiança do ministro. Por ele vão passar os R\$ 720 milhões da merenda escolar e os R\$ 242 milhões do livro didático, que já estavam sob responsabilidade da FAE, mas agora também os R\$ 813 milhões da cota federal do salário-educação, os R\$ 50 milhões financiados pelo Banco Mundial (Bird) para educação no Nordeste e outras verbas administradas pelo FNDE.

Verba de merenda será vinculada a conselhos

São os recursos do salário-educação que o MEC usa para financiar seu mais badalado programa: o Dinheiro na Escola, pelo qual as escolas de Primeiro Grau passaram a receber em 96, de Brasília, verbas para reformas e compra de material, de acordo com o número de alunos. Em 97, o Dinheiro na Escola vai repassar R\$ 300 milhões — R\$ 50 milhões a mais que em 96. Os recursos serão provenientes do salário-educação.

Em entrevista ao GLOBO, Carletti anunciou as primeiras novidades: para não prejudicar os novos prefeitos, a distribuição da merenda aos municípios está garantida nos primeiros 45 dias no ano letivo, independentemente da prestação de contas de 96.

Em contrapartida, para receber a merenda dos últimos 45 dias do primeiro semestre, a par-

tir de abril os municípios precisarão já ter criado seus Conselhos de Alimentação Escolar, com representantes de pais, professores e sindicatos de trabalhadores. Sem os conselhos, o repasse será interrompido. A situação é preocupante: dos mais de 5.300 municípios brasileiros, apenas 800 criaram os conselhos.

— Controlar de Brasília a distribuição dos recursos é uma coisa maluca. É difícil evitar desvio do dinheiro da merenda, por isso é muito importante reforçar a política de descentralização. Será preciso que cada comunidade tenha um grupo responsável pela merenda — diz Carletti.

Segundo ele, para apurar uma denúncia de desvio de R\$ 25 mil na merenda, o MEC gasta pelo menos R\$ 6 mil com auditorias, e muitas vezes a solução é interromper o repasse das verbas, prejudicando os alunos.

— A solução é fiscalizar a aplicação do dinheiro para evitar a fraude. É preciso que a sociedade esteja vigilante — disse o presidente da FAE.

Para ensinar aos novos prefeitos como se habilitar junto ao novo Instituto Nacional de Apoio à Educação para receber o dinheiro da merenda e as verbas dos outros programas, está sendo criado um serviço de informações através dos telefones (061) 212-4952, 212-4948 e 212-4992. Os prefeitos também vão receber um catálogo com as orientações necessárias. Segundo Carletti, o instituto quer acabar com as empresas de intermediação de verbas, que se beneficiam da desinformação dos prefeitos, sobretudo os do interior do Norte e Nordeste.

— Nenhum tipo de intermediação será bem-vindo no novo instituto — disse Carletti, que também pretende criar uma campanha de TV para divulgar experiências bem-sucedidas de municípios no uso dos recursos da merenda. O MEC repassa para a merenda R\$ 0,13 por dia por aluno da rede pública, e R\$ 0,20 aos 1.400 municípios atendidos pelo Programa Comunidade Solidária.

Também como forma de aumentar a fiscalização, o Instituto Nacional de Apoio à Educação vai repassar as verbas do Dinheiro na Escola somente para aquelas

que criarem associações de pais e professores para fiscalizar a aplicação dos recursos. Como até agora só as escolas do Sul, do Sudeste e algumas do Centro-Oeste formaram associações, nas outras regiões as verbas continuam sendo repassadas para as prefeituras. Em 97, o novo banco do MEC vai aumentar as verbas das escolas que já tiverem criado suas entidades, como incentivo.

Censo escolar vai ajudar na descentralização do setor

No programa do livro didático, o presidente da FAE também anunciou mudanças: a distribuição dos livros para o ano de 98 será baseada nas informações do novo censo escolar que o MEC fez no país e que ficará pronto em março. Até agora, segundo o presidente da FAE, o ministério não sabia quantos alunos tem cada estado e por isso era obrigado a entregar a quantidade de livros requisitada pelas diretoras das escolas. Com o cadastro, o MEC vai respeitar apenas a preferência dos professores quanto aos autores dos livros.

— Estamos estimando uma redução de pelo menos 6% no número de livros destinados às escolas — disse Carletti.

Para facilitar a destinação dos recursos, o novo homem-forte da Educação quer reduzir a quantidade de escolas com menos de 50 alunos e iniciar um processo que ele chama de nucleação escolar, o que facilitaria o programa de descentralização de verbas do MEC.

— Precisamos estimular a nucleação, porque existem escolas com 15, 20 ou 30 alunos. Como o Dinheiro na Escola envia no mínimo R\$ 500 para cada escola, as que têm poucos alunos acabam recebendo proporcionalmente mais — explicou.

Carletti admitiu que a fusão vai provocar uma diminuição de funcionários, principalmente os de cargos comissionados: está prevista uma redução de 60% no número de DAS. Os 23 cargos com DAS das Refae (as unidades da FAE nos estados) serão extintos. As Refaes acabarão e o serviço será centralizado nas Delegacias Regionais do MEC (Demecs). Juntos, a FAE e o FNDE têm 570 servidores. ■